

Pequim '95

Conferência Mundial sobre a Mulher



Nº 1 - MAIO/94 - BRASÍLIA - DF - BRASIL



II Seminário Nacional

Três painéis fazem o Raio X

O Itamaraty promoveu uma segunda reunião preparatória à IV Conferência Internacional sobre a Mulher, dias 19 e 20 de maio no auditório do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), no Rio de Janeiro (*Veja agenda na pág. 6*). O tema deste II Seminário Nacional, "Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho", foi organizado pelo Comitê Executivo da Conferência - no Brasil - do qual participam representantes do governo federal, além do Fórum de Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher.

Dividido em três painéis, o primeiro deles abordou "Trabalho Feminino na Década de 80" Tema exposto por Cristina Bruschini (FCC) e Leila Linhares Barsted (CEPIA). O segundo painel, "Participação da Mulher no Mercado de Trabalho (1980/90)", contou com textos de Bila Sorj (UFRJ), Alice Rangel de Paiva Abreu (UFRJ), Ângela Filgueiras Jorge (IBGE) e Virene Matesco e Lena Lavinas (IPEA). O último deles, "Renda e Pobreza", foi apresentado por Virgínia Botelho (FUNDAJ), Lena Lavinas, Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça (IPEA) e Louise Fox (Banco Mundial).

Mais de 100 militantes do movimento de mulheres e de ONGs, além de representantes do Poder Executivo, participaram do II Seminário Nacional. A abertura dos trabalhos ficou a cargo do ministro José Augusto



Apresentação de trabalhos durante II Seminário Nacional

Lindgren Alves, Chefe da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores e Secretário Executivo dos Comitês Nacionais para as Conferências da ONU. O ministro Lindgren falou para **Pequim'95** sobre a participação do Brasil na IV Conferência, que tem como tema cen-

tral "Ação para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz" (*Veja entrevista na pág. 2*).

NR: Os artigos do II Seminário Nacional enviados para **Pequim'95** dentro do prazo solicitado, 12 hs do dia 26/05 estão publicados nesta edição.

Mulheres articuladas

O movimento de mulheres vêm promovendo reuniões desde janeiro para discutir formas de intervenção na IV Conferência Internacional e no Fórum das Organizações não Governamentais. Estes encontros estão sendo realizados a partir da Articulação Nacional de Mulheres.

Outra iniciativa que merece registro foi promovida pelo Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos da Condição e Direitos da Mulher, em Belém, dias 12 e 13 de maio. O tema do encontro foi "Prostituição e Tráfico de Mulheres"

(*Veja artigo na pág. 6*). Logo depois, dia 14 de maio, no Rio, mais uma importante reunião foi promovida pelo movimento, o "Encontro Estadual de Mulheres do Estado do Rio de Janeiro", no Instituto Brasileiro de Administração Municipal. O tema discutido foi "Trabalho, Pobreza e Desenvolvimento", com a formação de grupos para analisar questões específicas relacionadas às mulheres urbanas e rurais. Nos dias 21 e 22 na FASE, a Articulação Nacional se reuniu para elaborar um plano de trabalho.

Editorial

Democratizar a informação às organizações de mulheres de todo o país é uma das nossas prioridades. E a todo momento esta nossa opção vem sendo ratificada por diferentes grupos e instituições que têm nas publicações do CFEMEA uma importante fonte de informação.

O primeiro boletim editado pelo CFEMEA foi distribuído em março de 1992. De lá para cá já foram 14 números do FEMEA, dos quais 4 dedicados especialmente à articulação da RedeRevi - Rede Nacional do Movimento de Mulheres na Revisão Constitucional, além de 15 informativos semanais. Publicamos, ainda, três livros e dois relatórios de encontros de mulheres.

No último dia 22, uma confirmação especial a este trabalho veio da Reunião da Articulação Nacional das Mulheres para a Conferência Mundial sobre a Mulher, que decidiu veicular no **Pequim'95** os seus trabalhos e atividades. Portanto, nesta e nas próximas edições você vai ter, além do relato dos encontros oficiais do Itamaraty, também as informações sobre o que acontece no âmbito não-governamental

A partir do próximo número abriremos uma seção para divulgar o que vem sendo feito ao nível local ou regional na preparação para Pequim. Aguardamos notícias suas.

EXPEDIENTE

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA

SCN, Ed. Venâncio 3000, sala 602 - Brasília, DF
Telefone: (061) 225-1664

Fax: (061) 225-2336

Texto e Foto: Márcia Turcato Reg. 4553/15/91 RS

Composição e Arte Final: Luis Gustavo Pedroza

Impressão: Gráfica Plano Piloto

Apoio: UNIFEM

Lindgren fala sobre mulheres

O Chefe da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores e Secretário Executivo dos Comitês Nacionais para as Conferências da ONU, Ministro José Augusto Lindgren Alves fala ao **Pequim '95** sobre a experiência que o Itamaraty está tendo com o movimento de mulheres e as ONGs para elaborar o documento que o governo brasileiro levará à Conferência Internacional. Com a palavra Lindgren.



Lindgren: "trabalho enriquecedor"

P- Como o Senhor avalia, do ponto de vista do governo, a experiência da participação do movimento de mulheres nos seminários organizados pelo Itamaraty?

R- Este é um trabalho enriquecedor. Seria, obviamente, mais fácil para o Itamaraty fazer um relatório dentro da minha sala. Eu e um grupo de assessores poderíamos redigir o relatório. Mas a sensação que nós temos é de que o entendimento, em um país democrático -e nós vivemos em um clima de total liberdade, de transparência- se dá através da consulta à sociedade.

A consulta está sendo feita exatamente através destes seminários. É destes seminários que nós pretendemos pensar os elementos essenciais que vão compor o relatório nacional que deve ser encaminhado à ONU. A partir daí é que veremos quais são as posições a serem definidas para a Conferência de Pequim.

P- Quais os pontos que devem ser contemplados no relatório?

R- Os grandes temas são os propostos nos quatro seminários. O primeiro deles já foi abordado, "Gênero e Relações de Poder", em Salvador. Este do Rio, sobre "Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho", que agrega todos esses problemas relacionados a mercado de

trabalho pela ótica da mulher; o próximo, em São Paulo, é um seminário específico sobre a "Violência e Mulher" e, em Porto Alegre, chegaremos ao último tema com "Mulher, Educação, Cultura e Saúde". São estes os grandes temas propostos para análise pela ONU.

P- Este procedimento repete o que foi realizado na Rio-92, com consultas à sociedade organizada, ou é diferente?

R- Eu não posso assegurar exatamente como foi o processo preparatório para a Rio-92 porque não participei dele. Posso assegurar, no entanto, que este tipo de consulta, em que a posição do governo será muito baseada na opinião da sociedade civil. Na minha área esta iniciativa está sendo experimentada antes mesmo dos seminários para a Conferência de Pequim. Começamos na preparação da Conferência de Viena sobre direitos humanos, depois houve um alargamento para a Conferência do Cairo, sobre população e desenvolvimento, que acontece no próximo mês de setembro e, agora, estamos aprofundando muito mais esta experiência com Pequim. Trata-se de um exercício de governo democrático.

Direitos

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

*Leila de Andrade Linhares Barsted

A Constituição Federal de 1988 previu no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a sua própria revisão. Essa revisão causa preocupação em todos aqueles que lutaram pela ampliação dos direitos dos trabalhadores, incluindo o movimento de mulheres. De fato, em 1988, o contexto político, social e econômico era mais favorável às forças progressistas e a mobilização popular intensa. Havia a esperança que a redemocratização, mais que um processo político, fosse, também, um processo de mudanças sócio-econômicas.

Passados seis anos da promulgação da nova Constituição Federal, as diversas crises, política, social, econômica e ética pela qual passou o País tendem a arrefecer a pressão dos movimentos sociais e a gerar um sentimento de desmobilização.

No entanto, se os setores conservadores têm se manifestado na imprensa pela supressão de alguns dos direitos sociais, grupos representativos dos sindicatos, movimentos sociais e parlamentares se mantêm atuantes na defesa desses direitos.

Visando regulamentar e ampliar

direitos conquistados em 1988 e frear as propostas de retrocesso, diversos projetos de lei têm sido apresentados no Congresso Nacional contando com a assessoria e o acompanhamento do movimento de mulheres.

É certo que o Estado brasileiro vem cumprindo, na área do trabalho, com todas as propostas de alteração legislativa anti-discriminatória sugeridas pela Convenção da ONU de 1979. É esse formalismo democrático do Estado brasileiro, em contradição com práticas de não efetivação da cidadania, que talvez permita que não haja retrocessos legais no que se refere aos direitos das mulheres, na Revisão Constitucional.

Nesse sentido, o grande desafio dos próximos anos será de que forma, através do acionamento do Poder Judiciário ou das negociações dos acordos coletivos e dissídios, os direitos das mulheres poderão ser efetivados dentro de um quadro social de crise econômica, de recessão, de expansão do mercado informal de trabalho, do encolhimento da previdência social, dentre outros fatores.

O cumprimento da igualdade entre homens e mulheres excede a ação do Estado e significa a incorporação desse valor na cultura da sociedade, associado ao respeito pelo conjunto dos

trabalhadores. Ao reconhecer a igualdade entre homens e mulheres e eliminar as proteções, com exceção daquelas decorrentes da maternidade, o Estado englobou na luta pelos direitos trabalhistas ambos os sexos.

A maior parte das trabalhadoras brasileiras está no mercado informal de trabalho. Como fazer valer para essas mulheres os direitos trabalhistas garantidos pela Constituição Federal, levando-se em conta as práticas sonegadas dos patrões e as próprias indecisões das mulheres quanto formalizar ou não os vínculos de trabalho?

Essas questões que se colocam para toda a sociedade, atingem especialmente as mulheres e, por isso mesmo, torna-se necessário que o movimento de mulheres possa refletir sobre esses dilemas não apenas internamente, mas em diálogo com setores democráticos e introduzindo a questão da mulher no debate nacional e internacional sobre modelos de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, é necessário que o movimento de mulheres se inclua também no debate de outras questões nacionais.

* Advogada e Diretora da CÉPIA

Previdência Social

Disparidade dos benefícios

* Virgínia Botelho

O sistema de Seguridade Social Brasileiro obedece a um padrão que combina a ampla universalização na cobertura dos benefícios com a permanência de uma estrutura que favorece um alto nível de disparidade na repartição dos benefícios. Este padrão de proteção social tem conseqüências mais severas para a população feminina, desde que a maior proporção das famílias pobres é chefiada por mulheres.

Além deste quadro de desvantagem social, as mulheres também têm menor representatividade entre a clientela na Seguridade Social: 48% da população feminina economicamente ativa (em confronto com 37% da força de trabalho masculina) está empregada no setor informal, podendo ser incluída no sistema apenas como dependente de

seus maridos ou pais contribuintes.

Apesar dos avanços da Constituição de 1988, e da extensão dos benefícios para grupos carentes, o padrão de Seguridade Social no Brasil, a semelhança de outros países latino-americanos, não incorpora a noção de relações de gênero quando se trata da implementação de políticas sociais.

É necessário que o trabalho realizado pelas mulheres, no setor informal, ou na dupla jornada, ou, ainda, nos cuidados com a família, seja incorporado à noção de cidadania social. Portanto, conceitos novos devem ser introduzidos, tanto na reflexão teórica como na prática do ativismo político, como estratégia que deverá reverter a análise da política previdenciária. O direito das mulheres à manutenção da autonomia de sua casa, enquanto unidade produtiva, é fundamental para o enorme contingente de mulheres que hoje são chefes de família no Brasil. Estas atingem a proporção dos 23% entre as famílias pobres, chegando a 44%, neste segmento, nas regiões metropolitanas.

* Pesquisadora da FUNDAJ

Relatório do II Seminário Nacional

Mulheres fora da lei

* Bila Sorj e Cristina Bruschini

Tendo em vista a preparação da IV Conferência Internacional da Mulher organizada pela ONU, realizou-se nos dias 19 e 20 de maio, no Rio de Janeiro, o II Seminário Nacional: Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho, promovido pelo Ministério das Relações Exteriores e realizado pelo IPEA/IBGE com apoio do CEDIM e das Agências Internacionais do sistema ONU.

Considerando as recomendações gerais que orientaram a elaboração do documento das Nações Unidas de 1985, intitulado "Estratégias de Nairobi Voltadas para o Futuro e o Avanço das Mulheres", o Seminário procurou avaliar os progressos alcançados pelas mulheres brasileiras, nestes últimos dez anos, e os obstáculos que ainda persistem para a superação das desigualdades entre os gêneros no mercado de trabalho e na distribuição da renda.

Constatou-se que houve um significativo aumento da incorporação de mulheres no mercado de trabalho na década. Contudo, a qualidade do trabalho a elas oferecida, sendo comparada à dos homens, é extremamente desigual.

Segregadas em um número reduzido de ocupações, sujeitas a uma acentuada desigualdade de rendimentos, concentradas em atividades informais sem proteção da legislação trabalhista e previdenciária e o peso das famílias monoparentais femininas entre os segmentos mais pobres, evidenciam a vulnerabilidade e o distanciamento das mulheres dos benefícios do desenvolvimento econômico e social. Este quadro é ainda mais drástico quando se considera a situação das mulheres negras.

Os obstáculos identificados para a superação desta situação são, entre outros:

- 1- o modelo de desenvolvimento brasileiro que produz altos níveis de concentração de renda e de sucateamento dos serviços públicos, em geral e da educação e saúde, em particular;
- 2- o peso das responsabilidades

Recomendações

Propostas para a ONU e o Brasil

As participantes deste II Seminário Nacional apresentaram várias recomendações para as Nações Unidas e demais organismos internacionais que relacionamos a seguir:

Eleger o combate à pobreza como prioridade de suas políticas de desenvolvimento através de programas que corrijam as desigualdades de renda, em especial aquelas que se reproduzem com base em discriminações de gênero, raça e etnia.

Orientar a construção de indicadores de desenvolvimento humano em todos os níveis para contemplar as especificidades das mulheres em todo o mundo.

Condicionar a alocação de recursos aos países-membros que desenvolverem programas de distribuição de renda com vistas à eliminação da pobreza, propiciando as mulheres de diferentes raças e etnias, independência e auto-suficiência econômica.

Suprimir de toda documentação internacional pressuposto de que o trabalho feminino é complementar bem como a renda obtida pelas mulheres. O princípio da equidade entre cidadãos adultos não pode comportar diferenciações entre os gêneros.

Criar condições para a implantação de um sistema estatístico internacional sobre a evolução do trabalho e a renda com dados desagregados por gênero, raça, renda, etnias, idade e outras variáveis significativas de tal forma que os impactos dos movimentos da economia internacional possam ser avaliados comparativamente.

domésticas que recaem, quase que exclusivamente sobre as mulheres;

3- as práticas discriminatórias de gênero e raça prevalentes no mercado de trabalho: na admissão, promoção e qualificação;

4- os estereótipos e preconceitos amplamente reiterados na sociedade que tem encaminhado as mulheres para trabalhos "femininos";

5- a legislação trabalhista e previdenciária que exclui grandes parcelas dos trabalhadores do setor informal dos seus benefícios e a não regulamentação dos dispositivos constitucionais na área do trabalho feminino;

6- a baixa capacidade redistributiva do sistema previdenciário, principal instrumento de política social no país, que compensa segmentos de renda mais elevada em detrimento dos mais pobres, onde as mulheres, especialmente as mulheres negras encontram-se mais representadas.

O Seminário evidenciou que muitos pontos relativos ao trabalho, renda e previdência não reúnem consenso entre

as feministas. Por um lado, o pouco aprofundamento que estas questões merecem nos últimos anos, por parte do movimento de mulheres - que concentrou esforços, principalmente, nas áreas da violência e direitos reprodutivos -, por outras complexas transformações dos modelos de desenvolvimento, que tem afetado as sociedades, e particularmente, a mulheres, a nível nacional e internacional, revelam a necessidade imperiosa de se privilegiar este temário na agenda de discussões do movimento das mulheres. Ações afirmativas ou políticas compensatórias para as mulheres trabalhadoras, sistemas de cotas nos locais de trabalho, incentivos fiscais para estimular a incorporação ou promoção de mulheres nas empresas e jornadas flexíveis de trabalho, são algumas questões que geraram polêmicas.

Se o Seminário favoreceu a identificação de lacunas, teve, também, o grande mérito de ampliar o diálogo com setores, até então, pouco permeados pelas análises de gênero como é o caso dos economistas e das instituições

públicas voltadas ao planejamento da produção de estatísticas nacionais. Espera-se que desta primeira interlocução possa surgir uma colaboração permanente e fecunda.

* Sorj - Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ e Relatora do II Seminário Nacional. Bruschini - Socióloga, Pesquisadora da FCC

Para o governo brasileiro as recomendações são as seguintes:

Estabelecer políticas econômicas e sociais pautadas no princípio da melhoria da distribuição de renda, gerando novos postos de trabalho que garantam a qualidade de vida de mulheres de todas as raças e etnias e das portadoras de deficiências.

Incentivar políticas de criação de emprego, em ocupações diversificadas, nos diferentes setores da economia, contribuindo para a mobilidade da mulher, de todas as raças e etnias, nos níveis funcionais superiores, de forma a eliminar a segregação ocupacional e racial.

Apoiar políticas urbanas voltadas para a provisão de serviços públicos que sejam substitutos de qualidade do tempo dos pais, buscando alternativas semelhantes para beneficiar as áreas rurais.

Criar mecanismos mais eficazes de aplicação e fiscalização da legislação trabalhista e previdenciária nas áreas rurais e implementar políticas sociais que atentem para as especificidades das trabalhadoras rurais cujas condições de trabalho são ainda mais precárias e sujeitas a contaminação de agrotóxicos.

Ampliar os direitos sociais, em particular para os setores que não estão por eles cobertos, através da legislação trabalhista e da Constituição Federal, tais como os empregados domésticos, na sua imensa maioria constituída por mulheres e trabalhadores do setor informal, notadamente as trabalhadoras a domicílio. Nesse sentido, o governo brasileiro deve avaliar, junto as Centrais Sindicais, o movimento de mulheres e outros setores da sociedade, comprometidos como fim de todas as formas de discriminação.

Credenciar, para a obtenção de créditos e licitações públicas, somente aquelas entidades que cumpram rigorosamente as leis trabalhistas, incorporando mulheres em suas atividades e punir aquelas que exigem atestados ou exames para constatar esterilização e gravidez da mulher trabalhadora.

Debater amplamente com os setores da sociedade uma política previdenciária que contemple, com base no princípio da igualdade, a provisão dos benefícios sociais.

Discutir alterações na Constituição de 1988, que tragam benefícios relativos a auxílio maternidade, salário-maternidade e salário-família.

Adotar uma política de livros didáticos não discriminatória em termos de gênero, raça e etnia, estimulando a adequação da imagem da mulher em novas ocupações.

Orientar os órgãos oficiais produtores de estatísticas na geração de dados que permitam criar indicadores desagregados por gênero, raça, etnia e grupos vulneráveis, como o das mulheres portadoras de deficiências.

Devolver para a sociedade os resultados da IV Conferência Internacional da Mulher, através de seminários, imprensa e outros meios de divulgação, mencionando as ações efetivas que adotará para cumprir as recomendações aprovadas.

Criar mecanismos permanentes de avaliação e acompanhamento dos impactos das políticas nacionais sobre a situação das mulheres, principalmente na esfera do trabalho.

Mercado formal

Evolução de uma década

*Virene Roxo Matesco e Lena Lavinas

A incorporação das mulheres ao mercado formal de trabalho é bastante crescente, porém segregada a ramos produtivos, funções e especialidades que, de modo geral, servem-se, ainda, de uma experiência adquirida nas lides domésticas e não de uma qualificação associada ao desempenho de atividades remuneradas.

A participação da mão-de-obra feminina nas atividades industriais, comerciais e prestadoras de serviços não ultrapassa, em média, 31%. As mulheres são minoria nos ramos industriais intensivos tecnologicamente, no comércio atacadista e nos serviços produtivos. Por conseguinte, a sua presença é significativa nos ramos industriais tradicionais, como por exemplo, o de vestuário, artefatos de tecidos e o de produtos alimentares.

As atividades comerciais e de serviços apresentam padrão idêntico ao perfil concentrador industrial. As mulheres são inexpressivas nas funções de comando e de tomada de decisões, mas têm ampliado sua participação nos níveis técnicos intermediários, embora permaneçam bastante minoritária. Seu peso é relativamente mais significativo no rol dos trabalhadores pouco qualificados.

* Pesquisadoras do IPEA e professoras universitárias

AGENDA OFICIAL PEQUIM '95

III Seminário Nacional Mulher e Violência 30 e 31 de maio em São Paulo. **IV Seminário Nacional Mulher: Educação, Cultura e Sociedade** 14 a 16 de junho em Porto Alegre. **V Seminário Nacional Documento Final** Provavelmente em julho ou agosto, em Brasília. **Seminário Regional America Latina e Caribe** de 20 a 29 de setembro, em Mar Del Plata, na Argentina. **Entrega do Relatório Oficial do Brasil a ONU** em agosto.

As organizações interessadas em distribuir **Pequim '95** devem escrever ao CFEMEA informando o número de exemplares que desejam e o endereço para remessa

Menina explorada

CARTA DE BELÉM



Com Tereza, o relatório dos horrores

Vivem no Brasil 500 mil meninas prostituídas, o que confere ao País um desumano segundo lugar nesta lista de horrores, sendo superado apenas pela Tailândia. O Estado do Ceará, em proporção a sua população, é o campeão brasileiro em prostituição infantil, com quatro mil meninas nesta situação. As crianças do Ceará são alijadas para a

prostituição a partir dos nove anos de idade, através de "pacotes turísticos". Denúncias como estas foram feitas no seminário "Prostituição e Tráfico de Mulheres", realizado em Belém.

Para Maria Tereza Augusti, presidente do CECF/SP, "não é correto discutir sobre a prostituta e sim sobre a prostituição, porque de outro modo estaremos falando de forma simplista e é preciso entender como as mulheres são levadas ao processo de prostituição". Coube à Maria Tereza a tarefa de elaborar o relatório final do encontro de Belém.

O documento com as conclusões e recomendações do seminário de Belém está em fase final de redação. Os pontos principais, entretanto, foram enviados pela relatora para publicação no **Pequim'95**. Destacamos alguns:

1- Formação de uma Comissão Interdisciplinar e com participantes das entidades civil que trabalham com crianças para avaliar o Estatuto da Criança e do Adolescente na sua aplicação e conteúdo.

2- Implantação da lei da creche pelas empresas e governo, como forma de tirar ou impedir que as crianças fiquem na rua quando os pais estão trabalhando.

3- Desenvolvimento de ações de cooperação internacional para coibir o tráfico e a exploração sexual de crianças e mulheres.

4- Adoção da disciplina de "Educação Sexual" pela rede nacional de ensino, e de um Guia de Orientação Sexual.

5- Intervenção em áreas de garimpo.

6- Controle das agências de turismo que ofereçam "pacotes sexuais".

7- Punição das autoridades policiais e judiciárias coniventes com a prostituição e tráfico de crianças e adolescentes.

8- Tipificar o abuso incestuoso e não o incesto.

9- Redimensionar o Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana instituindo a figura da *ombudswoman*.

10- Fiscalização rigorosa das fronteiras, aeroportos, rodoviárias e locais suscetíveis de rota de tráfico e prostituição.

Cinema

Filme feito por mulher

A produção de filmes realizados por mulheres, e na ótica feminina, será exibida de 20 a 29 de setembro deste ano em Mar del Plata, Argentina, quando estará acontecendo a VI Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico da América Latina e do Caribe.

O calendário das projeções é o

seguinte:

-De 21 a 28: Mostra Latino Americana e do Caribe de filmes de longa metragem.

-De 20 a 29: Concurso de Curtas e de Vídeos.

A premiação do festival é em dinheiro e também com uma passagem aérea para Pequim para a cineasta do melhor filme. A premiação em dinheiro oscila de US\$ 3 mil a US\$ 1,5 mil.

As inscrições podem ser feitas até o dia 20 de junho. As cineastas, videastas e produtoras brasileiras interessadas em participar deste amplo festival podem solicitar regulamento e ficha de inscrição para:

La Mujer y el Cine

Lavalle, 1.578- 9º Piso "B"

(1.048) Buenos Aires- Argentina

Ou pedir maiores informações através do telefone 00-54-1-374-7318 ou, ainda, do fax 00-54-1-814-3062.

ERRAMOS

Maria Aparecida Schumacher, a Shuma, foi citada no último Pequim '95 como Secretária Executiva de Articulação Nacional de Mulheres para Pequim. Shuma, na verdade, é uma das integrantes da Secretaria Executiva de Articulação Nacional, que funciona como um colegiado, sem cargos.

Inscrição para Pequim

As organizações de mulheres que desejam participar do Fórum Paralelo à Conferência de Pequim devem entrar em contato com o Secretariado da Conferência no seguinte endereço: Comissão Regional para a América Latina - ECLAC / Programa Mulher e Desenvolvimento / Edifício Naciones Unidas / Casila 179- D / Santiago- Chile / Fone (00562) 208.0252 / Fax (00562) 208.5051 e 208.5061

Informe UNIFEM

O QUE É O RELATÓRIO NACIONAL?

Cada país membro das Nações Unidas fará um Relatório Nacional com o diagnóstico da situação da mulher, propostas de metas e objetivos estratégicos para o futuro. Este Relatório servirá de base tanto para uma ação em nível nacional como regional e contribuirá na elaboração da *Plataforma de Ação*, principal documento a ser apreciado durante a Conferência.

No Brasil o processo de elaboração do relatório nacional está contando com o valioso apoio da sociedade civil que vem debatendo sobre informações já existentes e sobre documentos preparados por consultorias em seminários regionais temáticos promovidos pelo Comitê Nacional para a Conferência de Pequim, com o apoio de agências do Sistema das Nações Unidas (*Veja quadro*).

Visão geral- Esta seção deve limitar-se

a uma página, salientando os itens mais importantes do relatório, inclusive as principais conquistas e as novas prioridades para a ação.

Introdução- Exposição das mudanças mais relevantes para o avanço da mulher vistas sob a perspectiva nacional.

Revisão e avaliação em nível internacional- Situação do início dos anos 80 e as mudanças desde o início dos anos 80.

Revisão e avaliação em nível internacional- A ênfase nesta seção deve ser dada à cooperação técnica e assistência às áreas críticas de interesse, os sucessos e os problemas encontrados.

Planos e objetivos estratégicos futuros- Devem ser delineados baseados na definição de metas e objetivos quantitativos. O tipo de medidas necessárias para alcançar estes objetivos ou metas devem ser indicados.

Indicadores- Apresentação de indicadores, acompanhada por uma discussão sobre as implicações para a ação. Os indicadores a serem utilizados no desenvolvimento das Relatórios Nacionais são:

- Desigualdade na distribuição de poder;
- Mecanismos insuficientes para promover o avanço das mulheres;
- Direitos da mulher;
- Pobreza;
- Desigualdade no acesso e na participação da mulher na definição de estruturas e políticas econômicas;
- Desigualdade no acesso à educação, saúde, emprego;
- Violência contra a mulher.

Informações mais detalhadas podem ser obtidas no Nº 2 do **Preview '95**, publicação do *International Women Tribune Center*, traduzida e distribuída pelo UNIFEM.

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ NACIONAL

Tribunal de Justiça do DF - Desembargadora Fátima Nancy Andriahi, Ministério do Bem-Estar Social - José Roberto da Costa, Ministério da Saúde - José Ferreira Nobre Formiga Filho, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - Herilda Balduino da Souza, Ministério da Educação e do Desporto - Maria José Vieira Feres, Ministério do Trabalho - Henrique Barbosa de Pinto e Silva, Ministério da Previdência Social - Leda Bandeira, Ministério do Meio-Ambiente e da Amazônia Legal - Garry Soares de Lima, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Thereza Cristina Nascimento Araújo, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - Aspázia Camargo, Procuradoria Geral da República - Álvaro Augusto Ribeiro, Forum das Presidentas dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher - Maria Teresa Augusti, Agência Brasileira de Cooperação - Alice Pessoa de Abreu, Agência Brasileira de Cooperação - Ana Tereza Toni, Agência Brasileira de Cooperação, Duval Magalhães Fernandes, Ministério das Relações Exteriores - Ministro José Maurício de Figueiredo Bustani, Ministério das Relações Exteriores - Conselheira Marília Sardenberg Zelner, Ministério das Relações Exteriores - Ministro José Augusto Lindgren Alves, Ministério da Agricultura - Francisco Vera Filho, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República - Marli Macedo Soares.

Articulação Nacional de Mulheres Brasileiras para o Fórum Paralelo Pequim '95

Nos dias 21 e 22 de maio, as representantes dos Estados se reuniram no Rio de Janeiro, junto com a Secretaria Executiva Provisória para traçar as estratégias do movimento de mulheres com vistas a Conferência de Pequim. Compareceram à reunião, 30 mulheres, sendo que 14 representantes dos Estados. Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Mato Grosso não estiveram presentes, além dos outros Estados que ainda não foram contactados.

Seguindo a pauta, as representantes dos Estados fizeram o relato da articulação local, comentando as dificuldades de mobilização, as preocupações e as iniciativas já em andamento e o processo de escolha da participante desta reunião.

A seguir, a Secretaria Executiva Provisória informou às presentes os encaminhamentos dados durante o período após o Encontro Nacional de

janeiro até a presente data, destacando o contato com as Agências de Cooperação para a formação de um "pool" de financiamento, o esboço de um projeto para tal fim, a organização desta reunião nacional, inclusive o contato com o UNIFEM para a busca de recursos, o repasse de informações para os Estados e o contato com a Coordenação da Argentina e a Representante do Fórum Paralelo para a América Latina.

Articulação

continuação da pág. 7

Identidade política

A discussão acerca da natureza e função política desta Articulação Nacional foi o tema prioritário que envolveu as falas das mulheres presentes durante toda a tarde do primeiro dia de reunião. O consenso geral é de que a preparação para a Conferência de Pequim é um momento privilegiado para a rearticulação da organização do movimento de mulheres em todo o país, afirmando a sua identidade política e fortalecendo o movimento como sujeito político coletivo com um lugar específico para negociar.

Levantou-se também a preocupação de que o Fórum Paralelo (ONGs e Grupos) não fique atrelado ao enfoque dado pela Conferência Oficial, que compartimentaliza as questões das mulheres. É importante considerar que a IV Conferência Mundial da Mulher seja parte de um processo acumulativo de estratégias que vem desde a Conferência do México, em 1975 e que tem que ser visto dentro de um contexto histórico.

Foi reafirmada a importância de acompanharmos de perto as atividades organizadas pelo Comitê Oficial com o propósito de influir no Relatório do Governo Brasileiro para que o mesmo contenha análises e recomendações que atendam as demandas das mulheres, além de garantir nossos próprios espaços de articulação autônoma.

Informes

Proposta paraibana

Da Paraíba, Estelizabeth Bezerra de Souza, a Estelinha, manda um recado: 16 grupos estão participando das reuniões que analisam sugestões e metas para a Conferência de Pequim. E já existe uma proposta, a realização de um encontro estadual "Um Olhar Analítico sobre os Últimos Anos do Movimento de Mulheres na Paraíba". Aguardamos mais informações.



Santinha, do Rio, feminista de "carteirinha", é uma das integrantes da Secretaria Executiva da Articulação

COMO VAI FUNCIONAR A ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES?

Proposto, discutido e aprovado que, a Articulação de Mulheres Brasileiras Pequim '95, está aberta a participação de todos os grupos organizados de mulheres, através dos Fóruns Estaduais. Se definiu como instância de decisão política, o Comitê Nacional composto por uma representante de cada Estado (em rodízio) e como instância operativa e de repasse de informações, a Secretaria Executiva. Foi proposto e aprovado pelo coletivo que esta Secretaria terá sua sede no Rio.

Numa proposta de descentralização das tarefas definidas pelo Comitê Nacional, decidiu-se pela:

- Elaboração de uma proposta de Roteiro para o documento das Mulheres Brasileiras a ser discutido num Encontro que vai acontecer em julho, em Brasília, e que ficou a cargo do Fórum de Mulheres de Pernambuco.
- Organização da próxima Reunião do Comitê e do Encontro da Articulação em julho, em Brasília, por ocasião do último Seminário Oficial. A organização deste Encontro/Reunião é de responsabilidade do Fórum de Mulheres de Brasília.
- Organização da 3ª Reunião do Comitê Nacional da Articulação, em outubro, que acontecerá em Maceió e que ficou a cargo do Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres de Alagoas.
- Será pensada uma estratégia global de comunicação por uma comissão composta pelo CFEMEA, Cunhã, Cemina, Geledés, Fase e quem mais desejar, a ser discutida no Encontro de Brasília.
- A Articulação de Mulheres Brasileiras utilizará o Boletim Informativo **Pequim '95**, editado pelo CFEMEA, como um instrumento de comunicação junto ao movimento e ao público em geral, pelo menos até o 5º número, já confirmado, em julho.
- Elaboração de um Projeto de pedido de financiamento às Agências de Cooperação que ficou a cargo da Secretaria Executiva.
- Mobilização dos Estados ainda não envolvidos no processo, será feita pelos Estados vizinhos..
- Organização de Encontros Locais, para mobilização e discussão do conteúdo do documento das mulheres para a IV Conferência, será decisão e responsabilidade dos Fóruns Estaduais.